

SECRETARIA DE POLÍTICA URBANA E LICENCIAMENTO
CONVÍVIA MERCADOS E FEIRAS - AUTARQUIA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO
SO PODERÁ PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO O LICITANTE QUE POSSUIR PRÉVIO CADASTRO NO SISTEMA DE CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES – SICREF, CONFORME PRESCRICÃO DO ART. 9º DA LEI MUNICIPAL Nº 17.765/2012.

Processo Licitatório nº 009/2023 – Pregão Eletrônico nº 002/2023 – BB nº 1016109, Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses, para a aquisição de materiais para sistema de câmeras de videovigilância e comentários com instalação. Valor estimado: R\$ 21.760,52. Data e local da Sessão de Abertura: 11/09/2023 às 14:00h e disputa no mesmo dia às 15:00h (Horários de Brasília), no sítio eletrônico do Banco do Brasil – www.licitacoes-e.com.br – Acesso Identificado, Edital, anexos e outras informações pelos sites www.recife.pe.gov.br e www.licitacoes-e.com.br ou no endereço Rua Gen. Mac. Arthur nº. 1.540, no Bairro da Imbrimbira, Recife/PE, CEP 51.160 - 280, nesta cidade, no horário de 08:00 às 13:30 horas, fone (81) 3355-2435, Recife, 21/08/2023. Marcelo de Carvalho Ferraz - Pregoeiro.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

AVISO DE EDITAL
CREDENCIAMENTO Nº 001/2023 – PROCESSO Nº 023/2023 – CPL/URB RECIFE
Objeto: CREDENCIAMENTO de empresas editoras de jornais de grande circulação no Estado de Pernambuco para a veiculação de Publicidade Legal, com o fim de tornar públicos os atos legais da Autarquia de Urbanização do Recife, em dias úteis, inclusive sábados, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos. O Valor global estimado anual para a contratação do objeto será de R\$ 213.230,30 (duzentos e treze mil, duzentos e trinta reais e trinta centavos) e o valor estimado e máximo admitido para o centímetro por coluna (cm/cv) é de R\$ 304,61 (trezentos e quatro reais e sessenta e um centavos). Período de recebimento dos documentos de Representação Legal, Habilitação e Proposta: INÍCIO em 24/08/2023, FINAL em 13/09/2023 às 10:00. A data, hora e Local da sessão será: 13/09/2023 às 14:00 horas, através da plataforma Google Meet na sala da Comissão Permanente de Licitações – CPL/URB Recife, sítia à Av. Oliveira Lima, Nº 867, Boa Vista - Recife – PE (CEP:50051-390). O Edital poderá ser retirado no site: http://www.recife.pe.gov.br/portaldocid ou no sala da CPL da URB Recife, em dias úteis e de funcionamento, no horário de 8:00 às 12:00 horas, mediante a entrega de 01 (um) CD/DVD virgem ou outro tipo de mídia. Informações na sala da CPL ou no telefone: 81 3355-5081 ou através do e-mail: cplurb@recife.pe.gov.br. Recife, 24 de agosto de 2023. Irana Almeida – Presidente da Comissão Permanente de Licitação da URB Recife.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
EMLURB - AUTARQUIA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS
PROCESSO LICITATORIO Nº 021/2023 – CONCORRÊNCIA Nº 016/2023 – Objeto: REFORMA DE INSTALAÇÕES IMPLANTANDO A REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS EM ÁREAS URBANIZADAS DA CIDADE DO RECIFE. O Presidente da Comissão de Licitação da Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana - EMLURB torna público o resultado do Julgamento de Propostas de Preços, declarando VENCEDORA a empresa UNITERRA - UNIAO TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA - R\$ 6.493.788,00 (seis milhões, quatrocentos e noventa e três mil, setecentos e oitenta e oito reais) Fica aberto o prazo recursal previsto na alínea b do inciso I, do art. 109 da Lei nº 8.666/93. Recife, 23 de agosto de 2023. Marco Antonio de Araújo Bezerra - Presidente da Comissão de Licitação.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
EMLURB - AUTARQUIA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA

AVISO

SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 026/2023 - CL EMLURB – CONCORRÊNCIA Nº 019/2023 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARQUES, PRAÇAS, JARDINS E ÁREAS VERDES PÚBLICAS LOCALIZADAS DA CIDADE DO RECIFE, DISTRIBUÍDOS EM DOIS LOTES DISTINTOS. Comunicamos a todos os interessados na licitação em epígrafe, que para modificação do EDITAL, atendendo orientação da AJRJ - ASSESSORIA JURÍDICA, estamos suspendendo “SINE DIE” a presente licitação Recife, 23 de agosto de 2023. Marco Antonio de Araújo Bezerra - Presidente da Comissão de Licitação.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
EMLURB - AUTARQUIA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA

RESULTADO DE JULGAMENTO FINAL COM HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 016/2023 – EPRIEMLURB – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2023 BB 997769 – Objeto: Registro de Preços para aquisição de bens diversos (ferragens, discos, eletrodos, lâmpas e etc.) para manutenção e conservação de equipamentos de uso em espaços públicos, na cidade do Recife, distribuídos em 30 (trinta) lotes. A Pregoeira da Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana – EMLURB torna público o resultado de julgamento final, declarando VENCEDORAS as empresas: CAPITAL DA CONSTRUÇÃO COMERCIO E SERVICO LTDA., LOTES: 01 e 10 - R\$ 179.716,25 (cento e setenta e nove mil setecentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos); INOVA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME., LOTES: 02, 05, 06, 08, 12, 13, 18, 19, 21, 23, 24, 25 e 27 - R\$ 463.751,31 (quatrocentos e sessenta e três mil setecentos e cinquenta e um reais e trinta e um centavos); SB CONSTRUÇÕES E CLIMATIZACOES LTDA., LOTES: 03, 04, 07 e 29 - R\$ 271.692,19 (duzentos e setenta e um mil setecentos e noventa e dois reais e dezesseis centavos); M. R. DE MELO DA SILVA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO - ME., LOTES: 09, 26 e 15 - R\$ 165.980,32 (cento e sessenta e cinco mil novecentos e oitenta reais); L B COMERCIO DE FERRAGENS LTDA., LOTES: 11, 16, 17 e 22 - R\$ 190.200,00 (cento e sessenta mil trezentos e vinte e quatro reais); FATO COMERCIO DE FERRAGENS LTDA., LOTES: 14 e 20 - R\$ 84.250,00 (sessenta e quatro mil duzentos e cinquenta reais); SHEYLA LEANDRO DA SILVA SERVIÇOS, LOTES: 28 - R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais) O objeto foi ADJUDICADO pela Pregoeira e HOMOLOGADO pelo Diretor Administrativo e Financeiro – Adriano Freitas Ferreira, Recife, 23 de agosto de 2023. Ana Teresa Monteiro de Sá Leitão – Pregoeira.

Poder Legislativo

Presidente ROMERINHO JATOBÁ

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1091/2023
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE faz saber que o PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO APROVOU e ele, no uso de suas atribuições legais e na conformidade do que dispõe o inciso I, do Art. 256 e Art. 257 do seu Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 2624, de 20/12/16, PROMULGA o seguinte

Decreto Legislativo: Concede a Medalha de Mérito José Mariano ao Secretário Executivo de Articulação Política do Recife, TARCÍSIO MONTENEGRO AMARAL RIBEIRO.

Art. 1º Fica concedida a Medalha de Mérito José Mariano ao Secretário Executivo de Articulação Política do Recife, TARCÍSIO MONTENEGRO AMARAL RIBEIRO, pelos relevantes serviços prestados ao Recife.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 22 agosto de 2023.

ROMERINHO JATOBÁ
Presidente

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/2023 DE AUTORIA DA VEREADORA NATÁLIA DE MENUJO.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1092/2023
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE faz saber que o PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO APROVOU e ele, no uso de suas atribuições legais e na conformidade do que dispõe o inciso I, do Art. 256 e Art. 257 do seu Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 2624, de 20/12/16, PROMULGA o seguinte

Decreto Legislativo: Concede o Título de Cidadão do Recife ao Sr. ANTÔNIO GONÇALVES DE SOUZA SOBRINHO.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão do Recife ao Sr. ANTÔNIO GONÇALVES DE SOUZA SOBRINHO.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 22 agosto de 2023.

ROMERINHO JATOBÁ
Presidente

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23/2023 DE AUTORIA DO VEREADOR PAULO MUNIZ.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1093/2023
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE faz saber que o PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO APROVOU e ele, no uso de suas atribuições legais e na conformidade do que dispõe o inciso I, do Art. 256 e Art. 257 do seu Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 2624, de 20/12/16, PROMULGA o seguinte

Decreto Legislativo: Concede o Título de Cidadã do Recife à Sra. IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadã do Recife à Sra. IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 22 agosto de 2023.

ROMERINHO JATOBÁ
Presidente

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 25/2023 DE AUTORIA DO VEREADOR DAVI MUNIZ.

RETIFICAÇÃO

RESOLUÇÕES NºS. 422 e 432 ambas de 2023 – D.O. nº 104 de 12 de agosto de 2023.

ONDE SE LÊ: processo administrativo n.º 3021/2023

LEIA-SE: processo administrativo n.º 3121/2023

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR “O direito à moradia na Cidade do Recife”
No dia 04 de julho de 2023, às 14h30 horas, foi realizada, no formato presencial, a audiência pública sobre “O direito à moradia na Cidade do Recife”. A audiência contou com tradução em libras, garantindo a acessibilidade às pessoas com deficiência auditiva e foi presidida pelo vereador Ivan Moraes.

A mesa foi composta por Srs. Raquel Ludemir (Campanha despejo zero); Sr. Ermes Costa (secretário de Habitação); a Sra. Amanda Santana (Promorar); Sra. Terécia Vila Nova (URB).

A audiência iniciou às 14h30, com a saudação do vereador Ivan Moraes e composição da mesa. Posteriormente, foi exibido um vídeo sobre despejo. Após o vídeo, o vereador fez uma fala sobre o déficit habitacional do Recife e a política urbana municipal. Em seguida, os assessores do gabinete do vereador, a Sra. Luana Várzea e o Sr. André Arárippe, apresentaram um estudo fático sobre a remoção de moradias por obras de infraestrutura sobre os valores das indenizações pagas pela Prefeitura, os quais estão registrados inclusive valores de apenas 400 reais. Discutiram sobre a ameaça de despejo na comunidade das Flores e a proposta de obra alternativa feita pelo mandato de Ivan Moraes, para que sejam mantidas habitações na localidade, além da obra de urbanização das margens do Rio Pina e as propostas para a obra.

Após a apresentação, foi aberto o microfone para as falas da plenária de pessoas que são de locais com risco de despejo, que fizeram as seguintes intervenções:

• A Sra. Penha de Jardim Uchôa, denunciou que o prefeito entregou uma escola em Jardim Uchôa sem banheiro para os trabalhadores, sem referatório para estudantes e sem pipá. Disse que o Promorar não se comunica com a comunidade. Falou que o dinheiro de indenização não é suficiente para achar outra moradia.

• O Sr. Robson, da Zeis Pina, falou sobre as desapropriações previstas para a localidade. Disse que a Prefeitura fez apresentação para o mercado imobiliário sobre terrenos disponíveis na cidade, mas não mostrou essa apresentação às comunidades. Falou que há projetos de desapropriação para os terrenos da comunidade das Flores e que o Promorar não se comunica com as comunidades. Disse que a luta em Caranguê é constante para que as pessoas mantenham suas moradias.

• A Sra. Givanilda, de Vila Esperança, disse que no dia 25 de abril chegou um oficial de justiça mandando-a sair de casa, mesmo com filho com deficiência. Disse que o dinheiro que as pessoas quer pagar é pouco para ter outra moradia. Foi ofertado o valor de 22 mil, mas no terreno moram 5 famílias. Disse que as pessoas tem direito à moradia digna e se é preciso tirar as pessoas, que o Prefeito disponibilize habitações.

• O Sr. Ricardo, da comunidade das Flores, falou que as pessoas querem continuar na sua comunidade, que a maioria das pessoas não tem condições financeiras de ir para outra moradia.

• A Sra. Joyce Paixão, de Vila Araes, disse que a comunidade fica localizada na Várzea e que foi colocada como projeto piloto do Promorar. Falou que as condições de moradia do local não são dignas. Falou que quer saber o que a Prefeitura entende por moradia digna. Falou que existe um processo de racismo que sempre coloca pra baixo as pessoas que moram nas comunidades da cidade. Disse que o diálogo com o gabinete do Promorar é péssimo.

Em seguida, Ivan Moraes passou a fala para os integrantes da mesa. Raquel Ludemir, da Campanha Despejo Zero, iniciou sua fala parabenizando a socialização de informações feitas pelo mandato aratado anteriormente. Falou sobre o início da campanha, durante a pandemia, quando se pediu que as pessoas ficassem em casa, enquanto o Poder Público empreendia remoções. Falou da dificuldade de manter as informações atualizadas no contexto do BID, mas que esse documento pode ser usado para a remoção. Disse que a falta de informação é um dos pontos negativos desse modelo de política. Pontuou também que a situação de risco de muitas comunidades tem sido utilizada para justificar as remoções. A Sra. Amanda Santana, representando o Programa Promorar Recife, começou a fala agradecendo a convocação e explicando o que é o Programa Promorar. Disse que o Programa não se restringe ao reassentamento, mas que o objetivo principal é consolidar as pessoas no local onde vivem, requalificando, dando condições de habitabilidade às pessoas.

Falou que o objetivo do programa não é despejo, ou seja, dar o dinheiro e apenas isso. Disse que já vem estudando terrenos ociosos no entorno das comunidades que vem trabalhando e que, mesmo que a política de habitação seja a construção de habitação, há diversas formas de fazer isso. Sobre as indenizações, disse que o Programa pretende fazer uma conversa com cada família para explicar sobre os atos de impacto e a necessidade de saída do local, cabendo à família escolher entre uma indenização ou habitacional. Falou também do projeto de compra assistida, quando o morador pode fazer busca ativa de imóveis dentro do perímetro do Recife, sendo possível que a Prefeitura adquira esse imóvel e dê a posse ao morador. Falou do documento Marco de reassentamento

instituído para dar suporte a quem não quer sair do local. Disse que o programa pode ser aplicado em qualquer comunidade que o Programa for trabalhar tem um plano de reassentamento são publicados no site do Promorar e do BID. Sobre Jardim Uchôa, disse que é um dos pilotos do Programa, mas que foi adiada as ações no local por conta das obras no Rio Tejo, uma vez que essa comunidade é impactada pelo escoamento desse rio. O Sr. Ermes Costa, representando a Secretaria de Habitação, parabenizou a iniciativa do mandato. Falou que o déficit habitacional gira em torno de 72 mil famílias e em torno de 125 mil famílias de pessoas vivendo em assentamentos precários. Falou que a Secretaria de Habitação tem competência sobre a política habitacional para construção de habitacionais e de habitabilidade. Falou que o Prefeito fala sobre a necessidade de consolidar as pessoas no lugar em que elas vivem, que a diretriz é que seja feito o mínimo possível de remoções. Pontuou que a política federal de habitação em 2021 e 2022 não foram priorizadas, o que desestruturou as políticas locais. Por fim, falou que houve a redução das unidades unidades por habitação, que é de 200 unidades, advindas com o novo governo que instituiu uma nova política de habitação. Disse que tem previsão de entrega ainda esse ano de 1.272 unidades (600 unidades no Encanta Moça, Sérgio Loreto com 224 unidades, 449 para a Vila Brasil e Il). Por fim, falou que o Promorar é recente, que a equipe foi montada há algumas semanas, mas disse que é promessa que a discussão coletiva aconteça. A Sra. Terécia Vila Nova, representando a URB, disse que iria esperar as perguntas para que pudesse se posicionar e esclarecer o que for necessário.

Após as falas da mesa, foi aberto o microfone para as falas da plenária.

• João Cavalcanti, ex-deputada estadual pelas Juntas, disse que o processo de remoção é antigo na cidade e que o Programa Promorar não quer trabalhar com a remoção, mas que a Prefeitura precisa trabalhar com a remoção. Disse que o Programa precisa trabalhar com a remoção e não com o reassentamento. Falou que o Programa precisa trabalhar com a remoção e não com o reassentamento. Falou que o Programa precisa trabalhar com a remoção e não com o reassentamento.

• Natália Almeida, do CPDH, falou da preocupação de remoções nas ZEIS e que poderia ser feita a regularização fundiária para que seja paga a indenização pelo uso do solo, mas que mesmo com requerimentos solicitando a regularização para a Vila Esperança, esses pedidos ainda não foram apreciados pela Prefeitura.

• João José, do MLPC, disse que as ZEIS vem sendo cada vez mais afetadas pelas remoções. O poder público que deveria ser garantidor, é o primeiro que retira as pessoas dessas locais.

• Helena, da Vila Esperança, pontuou sobre o sofrimento vivido pela comunidade por conta da remoção para construção de obra pública e que o Programa for trabalhar tem um plano de reassentamento são publicados no site do Promorar e do BID. Sobre Jardim Uchôa, disse que é um dos pilotos do Programa, mas que foi adiada as ações no local por conta das obras no Rio Tejo, uma vez que essa comunidade é impactada pelo escoamento desse rio. O Sr. Ermes Costa, representando a Secretaria de Habitação, parabenizou a iniciativa do mandato. Falou que o déficit habitacional gira em torno de 72 mil famílias e em torno de 125 mil famílias de pessoas vivendo em assentamentos precários. Falou que a Secretaria de Habitação tem competência sobre a política habitacional para construção de habitacionais e de habitabilidade. Falou que o Prefeito fala sobre a necessidade de consolidar as pessoas no lugar em que elas vivem, que a diretriz é que seja feito o mínimo possível de remoções. Pontuou que a política federal de habitação em 2021 e 2022 não foram priorizadas, o que desestruturou as políticas locais. Por fim, falou que houve a redução das unidades unidades por habitação, que é de 200 unidades, advindas com o novo governo que instituiu uma nova política de habitação. Disse que tem previsão de entrega ainda esse ano de 1.272 unidades (600 unidades no Encanta Moça, Sérgio Loreto com 224 unidades, 449 para a Vila Brasil e Il). Por fim, falou que o Promorar é recente, que a equipe foi montada há algumas semanas, mas disse que é promessa que a discussão coletiva aconteça. A Sra. Terécia Vila Nova, representando a URB, disse que iria esperar as perguntas para que pudesse se posicionar e esclarecer o que for necessário.

Após as falas da mesa, foi aberto o microfone para as falas da plenária.

• João Cavalcanti, ex-deputada estadual pelas Juntas, disse que o processo de remoção é antigo na cidade e que o Programa Promorar não quer trabalhar com a remoção, mas que a Prefeitura precisa trabalhar com a remoção. Disse que o Programa precisa trabalhar com a remoção e não com o reassentamento. Falou que o Programa precisa trabalhar com a remoção e não com o reassentamento.

• Natália Almeida, do CPDH, falou da preocupação de remoções nas ZEIS e que poderia ser feita a regularização fundiária para que seja paga a indenização pelo uso do solo, mas que mesmo com requerimentos solicitando a regularização para a Vila Esperança, esses pedidos ainda não foram apreciados pela Prefeitura.

• João José, do MLPC, disse que as ZEIS vem sendo cada vez mais afetadas pelas remoções. O poder público que deveria ser garantidor, é o primeiro que retira as pessoas dessas locais.

• Helena, da Vila Esperança, pontuou sobre o sofrimento vivido pela comunidade por conta da remoção para construção de obra pública e que o Programa for trabalhar tem um plano de reassentamento são publicados no site do Promorar e do BID. Sobre Jardim Uchôa, disse que é um dos pilotos do Programa, mas que foi adiada as ações no local por conta das obras no Rio Tejo, uma vez que essa comunidade é impactada pelo escoamento desse rio. O Sr. Ermes Costa, representando a Secretaria de Habitação, parabenizou a iniciativa do mandato. Falou que o déficit habitacional gira em torno de 72 mil famílias e em torno de 125 mil famílias de pessoas vivendo em assentamentos precários. Falou que a Secretaria de Habitação tem competência sobre a política habitacional para construção de habitacionais e de habitabilidade. Falou que o Prefeito fala sobre a necessidade de consolidar as pessoas no lugar em que elas vivem, que a diretriz é que seja feito o mínimo possível de remoções. Pontuou que a política federal de habitação em 2021 e 2022 não foram priorizadas, o que desestruturou as políticas locais. Por fim, falou que houve a redução das unidades unidades por habitação, que é de 200 unidades, advindas com o novo governo que instituiu uma nova política de habitação. Disse que tem previsão de entrega ainda esse ano de 1.272 unidades (600 unidades no Encanta Moça, Sérgio Loreto com 224 unidades, 449 para a Vila Brasil e Il). Por fim, falou que o Promorar é recente, que a equipe foi montada há algumas semanas, mas disse que é promessa que a discussão coletiva aconteça. A Sra. Terécia Vila Nova, representando a URB, disse que iria esperar as perguntas para que pudesse se posicionar e esclarecer o que for necessário.

Após as falas da mesa, foi aberto o microfone para as falas da plenária.

• João Cavalcanti, ex-deputada estadual pelas Juntas, disse que o processo de remoção é antigo na cidade e que o Programa Promorar não quer trabalhar com a remoção, mas que a Prefeitura precisa trabalhar com a remoção. Disse que o Programa precisa trabalhar com a remoção e não com o reassentamento. Falou que o Programa precisa trabalhar com a remoção e não com o reassentamento.

• Natália Almeida, do CPDH, falou da preocupação de remoções nas ZEIS e que poderia ser feita a regularização fundiária para que seja paga a indenização pelo uso do solo, mas que mesmo com requerimentos solicitando a regularização para a Vila Esperança, esses pedidos ainda não foram apreciados pela Prefeitura.

• João José, do MLPC, disse que as ZEIS vem sendo cada vez mais afetadas pelas remoções. O poder público que deveria ser garantidor, é o primeiro que retira as pessoas dessas locais.

• Helena, da Vila Esperança, pontuou sobre o sofrimento vivido pela comunidade por conta da remoção para construção de obra pública e que o Programa for trabalhar tem um plano de reassentamento são publicados no site do Promorar e do BID. Sobre Jardim Uchôa, disse que é um dos pilotos do Programa, mas que foi adiada as ações no local por conta das obras no Rio Tejo, uma vez que essa comunidade é impactada pelo escoamento desse rio. O Sr. Ermes Costa, representando a Secretaria de Habitação, parabenizou a iniciativa do mandato. Falou que o déficit habitacional gira em torno de 72 mil famílias e em torno de 125 mil famílias de pessoas vivendo em assentamentos precários. Falou que a Secretaria de Habitação tem competência sobre a política habitacional para construção de habitacionais e de habitabilidade. Falou que o Prefeito fala sobre a necessidade de consolidar as pessoas no lugar em que elas vivem, que a diretriz é que seja feito o mínimo possível de remoções. Pontuou que a política federal de habitação em 2021 e 2022 não foram priorizadas, o que desestruturou as políticas locais. Por fim, falou que houve a redução das unidades unidades por habitação, que é de 200 unidades, advindas com o novo governo que instituiu uma nova política de habitação. Disse que tem previsão de entrega ainda esse ano de 1.272 unidades (600 unidades no Encanta Moça, Sérgio Loreto com 224 unidades, 449 para a Vila Brasil e Il). Por fim, falou que o Promorar é recente, que a equipe foi montada há algumas semanas, mas disse que é promessa que a discussão coletiva aconteça. A Sra. Terécia Vila Nova, representando a URB, disse que iria esperar as perguntas para que pudesse se posicionar e esclarecer o que for necessário.

Após as falas da mesa, foi aberto o microfone para as falas da plenária.

• João Cavalcanti, ex-deputada estadual pelas Juntas, disse que o processo de remoção é antigo na cidade e que o Programa Promorar não quer trabalhar com a remoção, mas que a Prefeitura precisa trabalhar com a remoção. Disse que o Programa precisa trabalhar com a remoção e não com o reassentamento. Falou que o Programa precisa trabalhar com a remoção e não com o reassentamento.

• Natália Almeida, do CPDH, falou da preocupação de remoções nas ZEIS e que poderia ser feita a regularização fundiária para que seja paga a indenização pelo uso do solo, mas que mesmo com requerimentos solicitando a regularização para a Vila Esperança, esses pedidos ainda não foram apreciados pela Prefeitura.

• João José, do MLPC, disse que as ZEIS vem sendo cada vez mais afetadas pelas remoções. O poder público que deveria ser garantidor, é o primeiro que retira as pessoas dessas locais.

• Helena, da Vila Esperança, pontuou sobre o sofrimento vivido pela comunidade por conta da remoção para construção de obra pública e que o Programa for trabalhar tem um plano de reassentamento são publicados no site do Promorar e do BID. Sobre Jardim Uchôa, disse que é um dos pilotos do Programa, mas que foi adiada as ações no local por conta das obras no Rio Tejo, uma vez que essa comunidade é impactada pelo escoamento desse rio. O Sr. Ermes Costa, representando a Secretaria de Habitação, parabenizou a iniciativa do mandato. Falou que o déficit habitacional gira em torno de 72 mil famílias e em torno de 125 mil famílias de pessoas vivendo em assentamentos precários. Falou que a Secretaria de Habitação tem competência sobre a política habitacional para construção de habitacionais e de habitabilidade. Falou que o Prefeito fala sobre a necessidade de consolidar as pessoas no lugar em que elas vivem, que a diretriz é que seja feito o mínimo possível de remoções. Pontuou que a política federal de habitação em 2021 e 2022 não foram priorizadas, o que desestruturou as políticas locais. Por fim, falou que houve a redução das unidades unidades por habitação, que é de 200 unidades, advindas com o novo governo que instituiu uma nova política de habitação. Disse que tem previsão de entrega ainda esse ano de 1.272 unidades (600 unidades no Encanta Moça, Sérgio Loreto com 224 unidades, 449 para a Vila Brasil e Il). Por fim, falou que o Promorar é recente, que a equipe foi montada há algumas semanas, mas disse que é promessa que a discussão coletiva aconteça. A Sra. Terécia Vila Nova, representando a URB, disse que iria esperar as perguntas para que pudesse se posicionar e esclarecer o que for necessário.

Após as falas da mesa, foi aberto o microfone para as falas da plenária.

• João Cavalcanti, ex-deputada estadual pelas Juntas, disse que o processo de remoção é antigo na cidade e que o Programa Promorar não quer trabalhar com a remoção, mas que a Prefeitura precisa trabalhar com a remoção. Disse que o Programa precisa trabalhar com a remoção e não com o reassentamento. Falou que o Programa precisa trabalhar com a remoção e não com o reassentamento.

• Natália Almeida, do CPDH, falou da preocupação de remoções nas ZEIS e que poderia ser feita a regularização fundiária para que seja paga a indenização pelo uso do solo, mas que mesmo com requerimentos solicitando a regularização para a Vila Esperança, esses pedidos ainda não foram apreciados pela Prefeitura.

• João José, do MLPC, disse que as ZEIS vem sendo cada vez mais afetadas pelas remoções. O poder público que deveria ser garantidor, é o primeiro que retira as pessoas dessas locais.

• Helena, da Vila Esperança, pontuou sobre o sofrimento vivido pela comunidade por conta da remoção para construção de obra pública e que o Programa for trabalhar tem um plano de reassentamento são publicados no site do Promorar e do BID. Sobre Jardim Uchôa, disse que é um dos pilotos do Programa, mas que foi adiada as ações no local por conta das obras no Rio Tejo, uma vez que essa comunidade é impactada pelo escoamento desse rio. O Sr. Ermes Costa, representando a Secretaria de Habitação, parabenizou a iniciativa do mandato. Falou que o déficit habitacional gira em torno de 72 mil famílias e em torno de 125 mil famílias de pessoas vivendo em assentamentos precários. Falou que a Secretaria de Habitação tem competência sobre a política habitacional para construção de habitacionais e de habitabilidade. Falou que o Prefeito fala sobre a necessidade de consolidar as pessoas no lugar em que elas vivem, que a diretriz é que seja feito o mínimo possível de remoções. Pontuou que a política federal de habitação em 2021 e 2022 não foram priorizadas, o que desestruturou as políticas locais. Por fim, falou que houve a redução das unidades unidades por habitação, que é de 200 unidades, advindas com o novo governo que instituiu uma nova política de habitação. Disse que tem previsão de entrega ainda esse ano de 1.272 unidades (600 unidades no Encanta Moça, Sérgio Loreto com 224 unidades, 449 para a Vila Brasil e Il). Por fim, falou que o Promorar é recente, que a equipe foi montada há algumas semanas, mas disse que é promessa que a discussão coletiva aconteça. A Sra. Terécia Vila Nova, representando a URB, disse que iria esperar as perguntas para que pudesse se posicionar e esclarecer o que for necessário.

ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE AGOSTO DE 2023.

Presidência dos Excelentíssimos Senhores Vereadores HÉLIO GUABIRABA, ANA LÚCIA e ZÉ NETO.

Ass 07 (sete) dias do mês de agosto do ano de 2023 (dois mil vinte e três), às dez horas, na Sala João Negromonte Filho – SALA DAS SESSÕES – no andar térreo da Casa de José Mariano, situada na Rua Princesa Isabel, número quatrocentos e dez, no bairro da Boa Vista, nesta cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, de forma híbrida, reuniu-se a Câmara Municipal do Recife sob a presidência do vereador HÉLIO GUABIRABA. Ocuparam Primeira e Segunda Secretarias, respectivamente, os vereadores: ZÉ NETO e ALMIR FERNANDO. Contando com a presença dos demais vereadores membros desse Poder: ADERLAÇO PINTO; ALCIDES CARDOSO; ALCIDES FERNANDO; ALINE TEIXEIRA NETO; ALINE VALERIANO; ANA LÚCIA; CIDA PEDROSA; DODUEL VARELA; EDINHO FLORENCIO; EDUARDO MARQUES; ERIBERTO RAFAEL; FELIPE ALECRIM; FELIPE FRANCISCO; FRED FERREIRA; GILBERTO ALVES; IVAN MORAES; JAIR BRITTO; JOSELITO FERREIRA; LUIZ EUSTAQUIO; MARCO AURELIO FILHO; MARCOS D. BRIA JUNIOR; MICHÊLE COLLINS; OSNAR RICARDO; PAULO MUNIZ; PRETAS JUNTAS; PROFESSOR MIRINHO; RINALDO JUNIOR; ROMERINHO JATOBÁ; RONALDO LOPES; SAMUEL SALAZAR; TADEU CALHEIROS; VICTOR ANDRÉ GOMES e WILTON BRITO. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e solicitou ao Segundo Secretário que processasse a leitura das Atas das reuniões anteriores, que foi feito. Submetidas à aprovação da Plenária, foram aprovadas sem restrições. Dando prosseguimento aos trabalhos, o senhor Presidente solicitou ao Primeiro Secretário que processasse a leitura do EXPEDIENTE DO DIA, do qual constaram as seguintes Matérias: Projeto de Lei nº 17/2023, de autoria do vereador TADEU CALHEIROS; Projeto de Lei nº 17/2023, de autoria da vereadora CIDA PEDROSA; Projeto de Lei nº 17/2023, de autoria do vereador PROFESSOR MIRINHO; Projeto de Lei nº 17/2023, de autoria da vereadora LIANÁ CIRNE; Projeto de Lei nº 17/2023, de autoria do vereador ALMIR FERNANDO; Projeto de Lei nº 17/2023, de autoria do vereador ROMERINHO JATOBÁ; Projeto de Lei nº 17/2023, de autoria do vereador ERIBERTO RAFAEL; REQUERIMENTOS Nºs: 8375/2023, de autoria do vereador PAULO MUNIZ; 8376/2023, de autoria do vereador OSNAR RICARDO; 8377/2023, de autoria da vereadora LIANÁ CIRNE; 8378 a 8381/2023, de autoria da vereadora CIDA PEDROSA; 8382 a 8389/2023, de autoria do vereador DODUEL VARELA; 8390/2023, de autoria do vereador LUIZ EUSTAQUIO; 8391 e 8392/2023, de autoria do vereador DODUEL VARELA; 8393/2023, de autoria do vereador RONALDO LOPES; 8394 e 8395/2023, de